

Certificações e normas técnicas: obrigação mínima ou vantagem competitiva no setor elétrico?¹

Marcelo Mendes²

Em um mercado cada vez mais exigente, o preço competitivo e o atendimento com a entrega de produtos dentro do prazo já não é o bastante para assegurar espaço e reputação de uma empresa. No setor elétrico, que exige segurança, confiabilidade e eficiência, a adesão de normas, técnicas e certificações não é opcional, passando de requisito burocrático a elemento estratégico, principalmente dentro de processos de aquisição, onde de fato separa-se o “joio do trigo”.

No rol de normas essenciais para o setor elétrico, o conjunto de normas do padrão NBR é um dos principais marcos nesse cenário. As normas NBR (Normas Brasileiras) são um conjunto de padrões técnicos elaborados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Elas estabelecem requisitos, procedimentos, especificações e diretrizes para garantir a qualidade, segurança e eficiência de produtos, serviços e processos em diferentes áreas, como energia elétrica, construção civil, saúde, meio ambiente, tecnologia, entre outras.

Essas normas ajudam a padronizar e organizar práticas no Brasil, promovendo a compatibilidade entre diferentes produtos e serviços, facilitando o comércio e assegurando a conformidade com as exigências legais, sendo um compromisso da empresa com processos padronizados, melhoria contínua e rastreabilidade.

Em complemento temos a certificação ISO 9001. A norma internacional que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e que é um selo de qualidade na gestão dos processos internos. E além da norma e certificação mencionadas, existem outras imprescindíveis e que asseguram a qualidade do produto. A ISO 14001, que estabelece requisitos para as empresas minimizarem os efeitos ambientais e fomentarem a sustentabilidade. A ISO 50001, que estabelece normas para sistemas de gerenciamento de energia para otimizar o uso e o consumo e gerar mais economia e eficácia.

¹ Artigo publicado pela Agência CanalEnergia. Disponível em:

<https://www.canalenergia.com.br/artigos/53319506/certificacoes-e-normas-tecnicas-obrigacao-minima-ou-vantagem-competitiva-no-setor-eletrico> Acesso em: 15.08.2025

² Marcelo Mendes é gerente geral da KRJ Conexões. É economista e executivo de marketing e vendas do setor eletroeletrônico há mais de 15 anos, com atuação inclusive em vários mercados internacionais.

A norma técnica de Equipamentos para Atmosferas Explosivas (Portaria Inmetro nº 115/2022) regulamenta a certificação de equipamentos elétricos utilizados em locais com risco de explosão e garante a segurança de ambientes que possuem os equipamentos.

As normas e certificações destacadas neste artigo são só algumas dentre diversas certificações que asseguram a confiabilidade e segurança da empresa, bem como de seus equipamentos e serviços fornecidos.

Constata-se que, no setor elétrico, o cumprimento rigoroso para obtenção de tais normas regulatórias e demais documentos imprescindíveis para operação de uma empresa do segmento, demanda investimentos expressivos por parte dos fornecedores.

No entanto, quando se analisa o assunto na prática, levando em consideração, por exemplo, a participação em processos de aquisição dentre outros cenários similares, percebe-se a falta do cumprimento prévio de todos os requisitos técnicos recomendados, causando assim uma competição desigual e injusta.

Nesses contextos, a homologação técnica acaba sendo postergada dentro do processo comercial, o que pode implicar na presença de fornecedores que não atendam às diretrizes técnicas e não são amplamente capacitados para participar de processos de aquisição, por exemplo. Isso pode gerar distorções nos preços apresentados.

Embora não seja essencialmente irregular, a prática afeta a competitividade das empresas que investem de maneira consistente em qualificação, inovação e conformidade com as normas atuais. A priorização de critérios estritamente econômicos, em detrimento de aspectos técnicos, pode levar a desequilíbrios no mercado, o que inevitavelmente pode afetar a qualidade, segurança e durabilidade dos produtos oferecidos.

Mesmo que dentro dos limites legais, essas práticas produzem debates sobre os impactos na competitividade e na sustentabilidade das cadeias produtivas estabelecidas. A consolidação de critérios técnicos claros, rígidos e uniformes desde as fases iniciais dos processos de contratação aparece, nesse cenário, como um fator crucial. Isso é importante para assegurar condições equitativas de concorrência e reconhecer os esforços de quem investe na entrega de soluções de alto padrão técnico.

É válido reforçar que as normas técnicas não apenas atestam a qualidade do produto, mas possuem impacto direto na competitividade. Empresas que operam de acordo com certificações e normas técnicas abrem caminho para a inovação, criando uma base sólida para isso.

Ainda há um desafio cultural no mercado nacional. Muitas empresas veem a certificação apenas como uma formalidade para atender exigências contratuais. No entanto, a padronização de processos simplifica o emprego de novas tecnologias, agiliza ciclos de desenvolvimento e aperfeiçoa a conexão entre fornecedores e clientes.

Essa visão limitada de alguns impede a consolidação de um ecossistema industrial mais robusto, onde qualidade e segurança sejam parte da estratégia, e não um custo adicional. No setor elétrico, onde os riscos são altos e a margem de erro é mínima, a adesão às normas técnicas deve ser entendida como um investimento, não apenas em reputação, mas em eficiência, longevidade de contratos e acesso a mercados mais exigentes.